

Como falamos recentemente, a inflação no país, medida pelo IPCA, avançou 0,31% em abril, o que representa uma desaceleração com relação a taxa de 0,93 verificada em março. No entanto, nos primeiros quatro meses deste ano, a alta dos preços já atinge 2,37%, o que supera o piso da meta da inflação definido pelo Banco Central para 2021, que é de 2,25.

Nos últimos 12 meses, o acumulado chega a 6,76%, maior variação para este período desde novembro de 2016 e também acima do teto da meta previsto, de 5,25%. O avanço foi puxado principalmente pelos produtos dos setores de Alimentação e Bebidas, que têm grande peso no consumo das famílias, e de Saúde e Cuidados Pessoais, grupo que teve o maior aumento no mês, 1,19%.

E isso acende um alerta em todo o país. Com isso em mente, a Associação Brasileira de Planos de Saúde – ABRAMGE realizou recentemente a live “Riscos Inflacionários e o Cenário da Saúde Suplementar” para debater como o comportamento da taxa de inflação da economia reflete na saúde suplementar e o impacto de seu aumento para o segmento e para seus consumidores.

Para José Cechin, superintendente executivo do IESS, há uma longa história de inflação no Brasil que culminou na hiperinflação do final da década de 1980. Além de Cechin, participaram André Braz, economista da FGV, Pedro Costa Ferreira, Superintendente de Inovação e Mercados da FGV. A moderação foi de Marcus Pestana, ex-Secretário de Saúde do Estado de Minas Gerais e Assessor Especial da Presidência da Abramge.

Para todos os participantes, existe a necessidade urgente de se pensar modos efetivos de barrar o aumento dos preços do que se refere aos serviços de saúde. Como bem lembrou Pedro Ferreira, o aumento de custos médico-hospitalares não pode ser comparado à inflação. “Isso porque esses índices de inflação aferem apenas a variação de preços em uma cesta de produtos em determinado tempo. A variação de custos médico-hospitalares (VCMH) flutua em função dos preços dos “produtos” (exames, consultas, terapias, OPMs etc.), e da frequência de uso desses itens”, lembra.

José Cechin lembrou da necessidade de transparência entre os diferentes envolvidos no segmento de saúde. “Há uma série de novidades em várias áreas, mas a tecnologia médica, incorporada sem a correta análise de custo-efetividade, impulsiona o crescimento das despesas sem trazer, de fato, uma melhora da assistência”, lembra. “Precisamos pensar em iniciativas como ampliação da atenção primária e mudanças no modelo de remuneração para garantir a sustentabilidade do setor”, alerta.

Assista o debate na íntegra [aqui](#).

Fonte: IESS, em 20.05.2021